

## AS VIVÊNCIAS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS E OS TERRITÓRIOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA, PARANÁ

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos<sup>1</sup>  
ORNAT, Marcio Jose<sup>2</sup>  
PICHITELI, Milaine Aparecida<sup>3</sup>

---

Recebido (Received): 18-01-2018 Aceito (Accepted): 10-09-2019

DOI:

Como citar este artigo: SANTOS, A. E. C. dos; ORNAT, M. J.; PICHITELI, M.A. As vivências de travestis e transexuais e os territórios nas instituições de ensino superior no município de Ponta Grossa, Paraná. **Formação (Online)**, v. 26, n. 49, p. 259-273, 2019.

### Resumo

O presente texto tem por objetivo compreender como as vivências de travestis e pessoas transexuais compõem territórios nas Instituições de Ensino Superior do município de Ponta Grossa, Paraná. Para tanto, foram realizadas 4 entrevistas com pessoas que se identificam enquanto travestis e transexuais (mulheres e homens) que vivenciam / vivenciaram as Instituições de Ensino Superior (públicas e privadas, ambas presenciais) da referida cidade. Os resultados evidenciam que o nome social se constitui como o pilar para a construção da identidade travesti e da identidade transexual, mas que, ao serem reconhecidas suas identidades dissidentes, estas pessoas são privadas de usufruir livremente seus territórios acadêmicos, delimitando-se assim aquilo que podemos chamar de *insiders* e *outsiders*. Desta forma, esta relação *insiders/outsiders* não é fixa, sendo que estas pessoas necessitam estabelecer estratégias e dispositivos para a expressão de seus corpos e de suas vivências nas Instituições de Ensino Superior.

**Palavras-Chave:** Território. Instituições de Ensino Superior. Travestilidade. Transexualidade.

## EXPERIENCES OF TRANSVESTITES AND TRANSEXUALS AND TERRITORIES IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN THE CITY OF PONTA GROSSA, PARANÁ

### Abstract

The present text aims at understanding how the experiences of transvestites and transsexuals people constitute their territories in Higher Education Institutions in the city of Ponta Grossa, Paraná. For this matter, 4 interviews were conducted with people who do identify themselves as transvestites and transsexuals (women and men) who experience / have experienced these Higher Education Institutions (either public and private, both in-person courses) by the referred city. The results show that the social name constitutes the basic pillar for the construction of transvestite identity and transgender identity, although, when their dissident identities are recognized, these people are denied the right to freely benefit from their academic territories, thus delimiting what we can refer to “insiders” and “outsiders”. In this way, the insider and outsider status are not fixed, as these people need to establish strategies and additional devices for body language within their experiences in Higher Education Institutions.

**Keywords:** Territory. Higher Education Institutions. Travestility. Transsexuality.

## LAS VIVENCIAS DE TRAVESTIS Y TRANSEXUALES Y LOS TERRITORIOS EN LAS INSTITUCIONES DE ENSEÑANZA SUPERIOR DEL MUNICIPIO DE PONTA GROSSA, PARANÁ

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: addiecarbonar@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: geogenero@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: milaineichiteli@hotmail.com

## Resumen

El presente texto tiene por objetivo comprender cómo las vivencias de travestis y personas transexuales componen territorios en las Instituciones de Enseñanza Superior del municipio de Ponta Grossa, Paraná. Para ello, se realizaron 4 entrevistas con personas que se identifican como travestis y transexuales (mujeres y hombres) que vivencian / vivenciaron las Instituciones de Enseñanza Superior (públicas y privadas, ambas presenciales) de dicha ciudad. Los resultados evidencian que el nombre social se constituye como el pilar para la construcción de la identidad travesti y de la identidad transexual, pero que, al ser reconocidas sus identidades disidentes, estas personas son privadas de gozar libremente de sus territorios académicos, delimitando así aquello que podemos llamar insiders y outsiders. De esta forma, esta relación insiders / outsiders no es fija, siendo que estas personas necesitan establecer estrategias y dispositivos para la expresión de sus cuerpos y de sus vivencias en las Instituciones de Enseñanza Superior.

**Palabras clave:** Territorio. Instituciones de Enseñanza Superior. Travestis. Transexuales.

## 1 Introdução

O presente artigo objetiva compreender como as vivências de travestis e pessoas transexuais compõem territórios nas Instituições de Ensino Superior do município de Ponta Grossa, Paraná. Sendo assim, a Constituição Federal, em seu Art. 205, afirma que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. No entanto, este direito é diariamente negado àquelas pessoas com identidades de gênero dissidentes, em especial às travestis e pessoas transexuais. Silva (2013) considera a escola como uma das espacialidades interditas mais representativas da vivência travesti, pois é negada, produzindo dor e sofrimento a este grupo. Não obstante, compreendemos que essas vivências também são interditas nas Instituições de Ensino Superior, pois a mesma trata-se de uma extensão da escola para muitas destas pessoas.

Em uma análise na “Sinopse Estatística da Educação Superior” (INEP, 2016), o Brasil, em 2015, contava com 2.364 Instituições de Ensino Superior (IES) - entendidas como Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET), sendo 295 públicas e 2.069 privadas. Destas, 405 IES estão na Região Sul, sendo, no estado do Paraná, 186 IES (14 públicas e 172 privadas); no estado de Santa Catarina, 94 IES (11 públicas e 83 privadas) e; no estado do Rio Grande do Sul, 125 IES (10 públicas e 115 privadas).

Se pensarmos que o estado do Paraná possui o maior número de Instituições de Ensino Superior (186 IES) dentre os estados da Região Sul, faz-se pertinente a reflexão entre território e as vivências de travestis e pessoas transexuais nessas instituições. Para tanto, foram realizadas 4 entrevistas com travestis e transexuais (mulheres e homens) que vivenciam / vivenciaram as Instituições de Ensino Superior do município de Ponta Grossa, Paraná (instituições públicas e privadas, ambas presenciais).

Portanto, o presente texto está dividido em duas seções: a primeira seção abrange o conceito de território (e territorialidade) pensado a partir do funcionamento do mecanismo de gênero. Por fim, a segunda seção aborda as vivências de travestis e pessoas transexuais nas Instituições de Ensino Superior e as relações insiders/outsideers nos territórios com as mais diversas organizações espaço-temporais.

## **2 Os territórios nas instituições de ensino superior e o mecanismo de gênero**

As Instituições de Ensino Superior produzem e reproduzem a heteronormatividade, sendo espaços vivenciados e organizados a partir da heterossexualidade compulsória, assim como o espaço escolar. Desta forma, as vivências cotidianas de travestis e pessoas transexuais através destes espaços são marcadas, pois as fronteiras do gênero e da sexualidade são transgredidas (SANTOS e ORNAT, 2017).

As Instituições de Ensino Superior são constituídas por tramas de relações de poder nas quais aquelas pessoas que não seguem a linearidade entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2013) estão sujeitas a exclusões, interdições e constrangimentos (SILVA, 2008), a partir de uma hierarquia das sexualidades (BORRILLO, 2010).

Para compreendermos como as relações de poder se apresentam nas Instituições de Ensino Superior, nos reportamos ao conceito de território, pois, como afirma Souza (1995), o território é um instrumento para o exercício do poder, sendo “(...) um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p. 78). Desta forma, para o autor, é importante compreender quem e como domina e influencia (n)este jogo de relações. Compreendemos, então, que as relações de poder acabam configurando as normas estabelecidas e quais os padrões a serem seguidos. Nesta lógica, quem domina e influencia são as práticas (cis)heteronormativas que são naturalizadas e homogeneizadas nas mais diversas Instituições de Ensino Superior, desde ações, até mesmo práticas discursivas, pois como afirma Foucault (2001), as relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer e nem funcionar sem uma produção do discurso.

Para Souza (1995), o território não é algo linear, podendo ter uma existência cíclica ou permanente; ele é construído e desconstruído independentemente da escala que considerarmos. Ainda, para o autor, o território é considerado primeiramente na Geografia Política como um espaço concreto, apropriado e ocupado por determinado grupo, criando raízes e identidade.

Possui ainda limites mutáveis, ou seja, com alterações de fronteiras, onde a durabilidade seria a criadora de identidade e, por conseguinte, do controle desse território.

O território, então, considerado enquanto um campo de forças delimita os “nós” (insiders) e os “outros” (outsiders), com vários tipos de organizações espaço-temporais (SOUZA, 1995). Assim, para a reflexão do presente texto, as Instituições de Ensino Superior são constituídas pelos insiders/outsiders. Os insiders, neste contexto, seriam aquelas pessoas que seguem a linearidade entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2013), então chamadas “identidades de gêneros coerentes”. Os outsiders são aquelas pessoas que não seguem a linearidade entre sexo, gênero e desejo, ditas “identidades de gêneros incoerentes ou descontínuas”, ou seja, pessoas travestis e transexuais, sendo excluídas e inviabilizadas nestes territórios. Esta produção de “gêneros coerentes” e “gêneros incoerentes ou descontínuos” nada mais é do que o resultado do funcionamento do mecanismo de gênero compreendido por Butler (2013).

Haesbaert (2004) afirma que desde sua origem, o território possuía conotação material e simbólica - dominação da terra e do medo, respectivamente; onde, neste último, a partir da simbologia do medo, há a proibição de certos indivíduos de entrar num dado território. Em contrapartida, aqueles que podem gozar deste mesmo território, possuem um sentimento de apropriação e de identificação. Assim, segundo Haesbaert (2004), falar em território é levar em conta não somente o poder pela dominação, mas também pela sua apropriação, pois “(...) o território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado (...)” (HAESBAERT e LIMONARD, 2007, p. 42).

Evidencia-se, segundo as imaginações geográficas propiciadas pelas reflexões de Souza (1995), que os insiders usufruem das Instituições de Ensino Superior com seus privilégios e benefícios, onde se produz um sentimento de apropriação e de identidade em seus territórios (e territorialidades). Os outsiders são aqueles que não podem usufruir destes territórios nas Instituições de Ensino Superior, pois são “proibidos”. Em outras palavras, interditados e, por conseguinte, não podendo criar um sentimento de apropriação e pertencimento.

Para Haesbaert (2004), o conceito de território, dentro do processo de dominação e/ou apropriação, deve-se levar em conta a multiplicidade de suas manifestações (múltiplos poderes, por múltiplos sujeitos). Para o autor:

(...) devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc. As razões do controle social pelo espaço variam conforme a

sociedade ou cultura, o grupo e, muitas vezes, com o próprio indivíduo. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

Assim, existem múltiplos territórios, com múltiplos poderes, exercidos por múltiplos agentes (HAESBAERT, 2004). Haesbaert e Limonad (2007) alertam para a necessidade de analisar como se dá essa apropriação do território e as práticas sociais realizadas, pois a apropriação e dominação ocorrem de formas distintas em uma vasta gama de territórios (desde os territórios mais abertos até os territórios mais fechados) e, por conseguinte, territorialidades. Se o território pode ser considerado enquanto uma “construção histórica” com distintas formas de apropriação/dominação, as territorialidades também o são, pois são construídas histórica-socialmente (HAESBAERT e LIMONAD, 2007).

Segundo Haesbaert (2004), podemos ainda compreender o território a partir de dois “tipos ideais”, ou seja, todo território, independentemente de suas manifestações, é “funcional e simbólico”, uma vez que os sujeitos realizam funções e significados. Num sentido mais funcional, o território possui ligação com as relações de poder e ao “controle da mobilidade via fortalecimento de fronteiras” e, em seu sentido mais simbólico, ele molda e é moldado pelas identidades culturais, tendo um importante papel no estabelecimento de grupos sociais (HAESBAERT e LIMONAD, 2007). Estes “tipos ideais” nunca estão no seu estado puro, pois, “(...) todo território “funcional” tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja; e todo território “simbólico” tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2004, p. 4).

Para o autor, esse território pode ser pensado enquanto continuum, que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional até a apropriação cultural simbólica mais subjetiva, devendo ser entendida em sua manifestação plural de poderes sobre uma multiplicidade de indivíduos. Pensando os territórios nas Instituições de Ensino Superior, pode-se pontuar os sujeitos dessa multiplicidade de poderes, tanto os insiders que usufruem de uma apropriação do território efetiva e privilegiada, quanto os outsiders, que são sujeitados a esses poderes, como envolvidos nas lutas pela apropriação dos territórios. Essas lutas que podem ser tanto hegemônicas, relacionadas à imposição de uma (cis)heteronormatividade, quanto das lutas de resistência pela afirmação dos sujeitos como participantes da organização daqueles territórios, constroem as Instituições de Ensino Superior.

Os objetivos do controle social por meio da territorialização dentro dessas Instituições variam de acordo com a força social ali inserida, seja ela cultural ou de sociedade, de grupos ou indivíduos (HASBAERT, 2007). No caso da análise desse artigo, o que está sendo discutido é a força de controle social, que visa influenciar ou controlar pessoas, por meio da imposição

de uma (cis)heterossexualidade compulsória criadora de determinados territórios, que faz com que aqueles que não se enxergam tais como as imposições, sejam excluídos da convivência social, os transformando em invisíveis na área geográfica.

É importante ressaltar as considerações de Riceto e Silva (2008) quando argumentam que não é possível pensar território sem levar em consideração as territorialidades. Segundo os autores, para a existência da territorialidade é necessário a existência do ser humano, que nada mais é do que levar em consideração a identidade sócio-cultural. Haesbaert (2004) critica a abordagem da territorialidade como meramente uma dimensão simbólico-cultural do território. Para o autor, a territorialidade engloba uma dimensão política, econômica e cultural, ou, como nas palavras de Souza (1995, p. 99), “(...) aquilo que faz de qualquer território um território, isto é, relações de poder espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial”.

Podemos afirmar que as Instituições de Ensino Superior são constituídas, então, também por territorialidades, pois há um sentimento de pertencimento e apropriação por parte das pessoas que as vivenciam (insiders) onde se operam também as dimensões políticas, econômicas e culturais. Além disso, há uma restrição no acesso dos grupos que não se apropriam (outsiders) e como afirma Gottmann (2012, p. 525) em se tratando de território a “acessibilidade é um pré-requisito e um fator de controle”.

Além, essas territorialidades não se reduzem a apenas a “algo abstrato”, de caráter apenas epistemológico e de abstração analítica. É uma dimensão imaterial que se reflete nas relações sociais ali inseridas (HAESBAERT, 2007) como “símbolo” de um território, e dessa maneira se entende como uma estratégia político-cultural dos grupos que operam nas dimensões subjetivas.

Como já mencionado, os insiders podem ser compreendidos nesta reflexão como as pessoas que seguem a linearidade entre sexo, gênero e desejo – “identidades de gêneros coerentes” (BUTLER, 2013), as quais podem se apropriar e produzir identidade nos territórios, pois são condizentes com as normas estabelecidas a partir de uma heterossexualidade compulsória, produzida e reproduzida nas Instituições de Ensino Superior e, os outsiders, aquelas pessoas com identidade de gênero e/ou identidade sexual dissidentes, as quais não seguem esta linearidade e, por conseguinte, a partir da lógica (cis)heteronormativa, sendo excluídas e não se apropriando deste espaço.

Em se tratando da linearidade entre sexo, gênero e desejo, Butler (2013) afirma que esta linearidade nada mais é do que o resultado do mecanismo de gênero, o qual regula as práticas humanas e cria ficções de masculinidades e feminilidades enquanto naturais. Este mecanismo

de gênero funciona, segundo a autora, a partir de discursos culturais hegemônicos: o discurso jurídico e o discurso médico-biológico.

Como evidenciado por Santos e Ornat (2017), estes discursos hegemônicos - discurso jurídico, médico, biológico e não obstante, o discurso teológico monoteísta - estão interligados em uma rede de tal modo que um discurso atravessa o campo discursivo do outro, produzindo uma teia que sustenta a heterossexualidade compulsória. Além disso, estes discursos auxiliam na manutenção do mecanismo de gênero, produzindo “identidades de gênero coerentes” e “identidades de gênero incoerentes ou descontínuas” em relação a linearidade entre sexo, gênero e desejo (BUTLER, 2013) e também na produção de corpos objetos e abjetos. Vale ressaltar neste ponto que, para Butler (2002), denominação de corpo abjeto se refere não somente a sexo ou a norma heterossexual, mas a todos os corpos que não são considerados importantes materialmente, em outras palavras, vidas que não são consideradas “vidas”.

Butler (2002) ressalta que a abjeção de corpos é um processo que ocorre a partir de uma matriz excludente. Os corpos de travestis e pessoas transexuais, além de possuírem marcas - como denomina Louro (2008), marcas do poder, que permitem que estas pessoas sejam pertencentes a determinadas culturas, acolhidas ou não, incluídas ou excluídas em múltiplas espacialidades – sofrem este processo de abjeção diariamente. Assim, estes corpos não são considerados importantes, isto é, menos humano.

Neste sentido, os discursos hegemônicos criam a permanência de masculinidades e feminilidades nestes territórios, pois estes discursos, segundo Butler (2013), limitam as possibilidades de expressões de vivência do gênero, baseando-se na coerção da existência da bipolaridade, ou seja, da (cis)heteronormatividade.

Para a autora, o gênero está ligado às intersecções políticas e culturais, possuindo, em diferentes contextos históricos, intersecções com outros marcadores sociais. Estas considerações são respostas do mecanismo de gênero, ou seja, corpos entendidos como meios passivos culturalmente. Desta forma, as relações de poder estão evidentes nos territórios nas Instituições de Ensino Superior.

Amaral (2013) compreende as instituições universitárias como um espaço de produção, reprodução e atualização de discursos, valores e práticas heteronormativas. Assim, a vivência das pessoas que não se enquadram na linearidade – leia-se, “gêneros incoerentes ou descontínuos” – podem ser consideradas nessa compreensão, outsiders.

As Instituições de Ensino Superior, compreendidas a partir do conceito de território, delimitando, através das relações de poder, os insiders e outsiders, podem possuir as mais diversas organizações espaço-temporais (SOUZA, 1995), como veremos na seção a seguir.

### **3 Insiders/Outsiders: as vivências de travestis e pessoas transexuais nas instituições de ensino superior**

O território possui um caráter flexível, podendo ser construído e desconstruído seja em qual escala considerarmos, delimitando os insiders e outsiders, como visto em Souza (1995). Para o autor, o território pode ser compreendido enquanto:

um campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros de uma coletividade ou comunidade, os insiders) e os outros (os de fora, os estranhos, os outsiders). (...) Territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (...) podem (...) formar-se ou dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (...), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular, mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo. (SOUZA, 1995, p. 86-87).

Compreendemos que a relação entre insiders e outsiders também não é fixa, ou seja, o jogo de relações “insiders/outsideers” nas Instituições de Ensino Superior pode levar em consideração outros fatores que contribuem para a entrada neste “território proibido” dos, até então, ditos outsiders. Entretanto, esta entrada nos territórios nas Instituições de Ensino Superior por estas pessoas, neste caso, travestis e pessoas transexuais, não se resume somente em “estar dentro” (agora insiders), mas que, mesmo usufruindo deste território, ainda podem ser considerados outsiders em outros.

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que travestis e pessoas transexuais possuem um sentimento de pertencimento e de apropriação nas Instituições de Ensino Superior, ainda existem territórios em que estas pessoas são hostilizadas, excluídas, interdidas e, de certa forma, “proibidas” de usufruir. Sendo assim, há uma relação entre insiders/outsideers muito intensificada na própria Instituição de Ensino Superior.

Um dos fatores que contribuíram para a crescente entrada de travestis e transexuais nas Instituições de Ensino Superior se deve em grande parte a adoção do nome social em vestibulares, chamadas, na identificação de autoria de artigos, currículos, documentos acadêmicos (carteira estudantil, carteira da biblioteca, etc.), por parte de instituições educacionais.

Por vezes, as Instituições de Ensino Superior se constituem como uma instituição interdita, uma vez que a entrada se deve à conclusão da educação básica e posterior aprovação em vestibulares, o que muitas vezes não ocorre, devido a evasão escolar anterior, fruto, entre outros fatores (SANTOS, 2010), de discriminações e preconceitos diários (SANTOS e ORNAT, 2017). Desta forma, a não utilização do nome social pode causar atrasos nos estudos devido aos constrangimentos sofridos, como pode ser visto no discurso abaixo:

(...). Por que que eu não entrei antes na faculdade... (...) eu fui fazer um concurso público e eu fui muito constrangida quando eles chamaram meu nome de registro. Não tinha essa questão do nome social, né? Quer dizer, tinha, mas eles não respeitavam. E não vão respeitar. É muito poucas as pessoas que vão ter a atenção ali, e às vezes peca sem saber. (...). Mas aí eu decidi que não faria mais nem vestibular e nem concurso público, eu não fazia enquanto não mudasse meu documento. Então isso me atrasou. Eu me arrependo de ter uma atitude assim... porque eu poderia estar em uma universidade antes e eu só fui fazer o Enem e a (nome oculto da IES) por causa do nome social. (...). (Entrevista realizada com a discente A, no dia 12 de janeiro de 2016, em Ponta Grossa, Paraná).

(...) muita gente não acredita né que trans possa fazer universidade... tipo... lésbica, gay, tem muita gente que não botava muita fé assim né... então acho que tendo um diploma a pessoa né... já tem uma ideia de que tipo... eu sou uma pessoa como qualquer outra e que uma pessoa hetero cis pode eu também posso, né... (...) tem muitas trans que não entra na universidade por medo... que nem antes não tinha questão do nome social... ai... tipo muitos desistiam até no ensino médio... ai é bem... agora tá... (...). (Entrevista realizada com o discente B, no dia 08 de fevereiro de 2017, em Ponta Grossa, Paraná).

Para Hogemann (2014), o nome individualiza e identifica. Desta forma, o uso do nome social por travestis e transexuais se configura numa questão importante para o exercício da cidadania (HOGEMANN, 2014), em especial, na educação.

De acordo com Lima (2013), as políticas de inclusão, dentre elas, a do nome social, são uma das possibilidades com vistas a garantir a permanência de travestis e transexuais no ensino educacional. Contudo, ressalta que a inclusão significativa não se limita às políticas de inclusão, devendo ser acompanhadas por múltiplas ações, pois muitas vezes, travestis e transexuais não alcançam o sucesso esperado devido aos preconceitos e discriminações nos mais variados espaços.

Assim, é importante destacar que a permanência espacial de determinados grupos minoritários nas instituições universitárias não é garantia de permanência igualitária (AMARAL, 2013), uma vez que a (cis)heteronormatividade é produzida e reproduzida a todo momento. Isto gera a necessidade de as pessoas utilizarem de estratégias e dispositivos para sua permanência espacial. Mesmo que a inclusão de travestis e transexuais não se efetive, ela “(...) ao menos, provoca alguma tensão no regime de verdade que nega às pessoas trans o direito ao nome e à escola” (LIMA, 2013, p. 140). Isto também vale para Instituições de Ensino Superior.

Desta forma, a adoção do nome social por parte das Instituições de Ensino Superior contribui para a delimitação de insiders/outsidiers nos seus mais diversos territórios, pois no momento em que as pessoas reconhecem que se trata de uma travesti ou pessoa transexual que utiliza o nome social (este ainda não retificado), o comportamento se altera:

(...) você tem um impasse do, digamos, nome social. Tem gente, a maioria das pessoas não sabem lidar. Esses dias eu cheguei lá [na universidade] porque eu era do vespertino e daí o ano passado mudei pro noturno. Ai pra confirmar minha matrícula pra esse ano no noturno, eu cheguei lá e falei: “o meu nome social?”, “não tá aqui?”, falei: “mas como que não se no meu RA tá lá meu nome social?”, daí ela: “não, mas não tá aqui, como é teu nome de registro?”, ai peguei, dei tudo e ela não sabia lidar, ela não sabia como fazer o processo. Falei assim não: “você vai ter que por os dois nomes”, então a gente tem que explicar... (é um constrangimento..., mas em nenhum momento ela foi preconceituosa ou é porque ela não entendia o processo?). Até então, era um pouco dos dois, um pouco porque ela não entendeu o processo e quando ela se tocou que eu era um homem trans ela ficou mais tipo... restrita, entendeu? Então ela não falou mais daí. Ela só me deu as coisas que era pra assinar, falou: “oh, assina aqui...”. (...) bem rasteira (...) tipo teu nome de registro aqui, você é uma menina e acabou. Foi assim. Tipo a cara dela, não precisa nem falar nada... (...). (Entrevista realizada com o discente C, no dia 14 de janeiro de 2016, em Ponta Grossa, Paraná).

(...). Dia da matrícula foi meio complicado porque daí o cara falou né meu nome em voz alta, né? E ai todo mundo olhou.. tava uma sala lotada, assim. Dai: “NOSSA!”, mas fui, tipo procurei nem ficar olhando, porque daí é pior pra gente né.. (...). (Entrevista realizada com o discente C, no dia 14 de janeiro de 2016, em Ponta Grossa, Paraná).

(...). Que nem meu amigo ele, às vezes, fazem umas piadas assim, daí tipo... uma vez eu falei pra ele e ele... agora não lembro o que, mas era relacionado à eu ser homem assim... daí ele disse: “é, tá quase!”. Eu disse: “tá quase nada, piá! Órgão não...”. Ai outro foi na aula de Geologia... (...) uma vez tipo tava, tipo no laboratório, ai o professor pegou e me tratou no feminino. E tipo ele já sabe assim... porque eu contei pra ele, porque ele foi tipo no começo assim... (...). (Entrevista realizada com o discente B, no dia 08 de fevereiro de 2017, em Ponta Grossa, Paraná).

Nos discursos acima evidenciamos que a relação insiders/outsidiers não é fixa, pois, ora travestis e pessoas trans são pertencentes ao grupo (insiders) em determinados territórios, entretanto, no momento em que são reconhecidas enquanto pessoas com identidades de gênero e/ou orientação sexual dissidentes, tornam-se os outros, ou seja, outsiders, sendo privadas de gozar desses territórios.

Um território em que a relação insiders/outsidiers também se torna evidente é o banheiro, pois o mesmo é pensado a partir de uma lógica bipolarizada. Para Maia (2012), a configuração de diferentes formas arquitetônicas do banheiro em resposta à lógica binária, leva a adequação dos corpos aos códigos vigentes da heteronormatividade. Assim, travestis, pessoas transexuais (ou ainda aquelas que estão em trânsito) sofrem constrangimentos e exclusões o que dificulta o sentimento de apropriação desse território, como visto nas falas abaixo:

[Quais os locais que você sente desconforto na universidade?] (...) o banheiro era meio complicado porque eu tinha que ir horários tipo que não tivesse ninguém digamos nos corredores, tipo se eu estudava no último andar, eu ia no banheiro lá de baixo, exatamente pra ninguém me ver. Tipo: “nossa, você é menina e tá usando banheiro masculino?”. Ai eu não ia ficar explicando porque eu também me sinto constrangido. (...). (Entrevista realizada com o discente C, no dia 14 de janeiro de 2016, em Ponta Grossa, Paraná).

[Sobre o vestibular] No primeiro dia foi um pouco complicado assim... daí eles ficaram olhando meio esquisito assim. Até a questão de eu ir ao banheiro, tipo... no primeiro dia eles levaram eu no feminino. Ai no segundo dia foi um ex-treinador meu que eu fazia atletismo antes, aí ele me reconheceu assim... aí ele foi normal, foi tranquilo... (ele não chegou a perguntar qual banheiro?) Não, ele me levou no masculino. (...) Só sentei lá e fiquei quietinho... (...). Teve o caso do primeiro dia do vestibular que eu entrei no banheiro feminino né. (...). (Entrevista realizada com o discente B, no dia 08 de fevereiro de 2017, em Ponta Grossa, Paraná).

Santos (2010) afirma que a utilização do banheiro da escola por travestis e pessoas transexuais configura-se enquanto um problema, a partir da classificação dos sujeitos pela sua genitália. Para Junckes e Silva (2009), o papel do banheiro vai além da utilização para as necessidades fisiológicas, sendo importante na reprodução de corpos generificados, marcando as fronteiras entre o sexo e os papéis sociais esperados, como evidenciado nas falas em seguem:

(...) quando se trata de educação física não fica só no nome né, porque você vai precisar de vestiário, vai ter piscina. Eu tive, ano passado, eu tive aula de natação, então eu tipo.. sabe? E daí tem as aulas geralmente separa mulher x homem, é muito... (...) foi tenso... tipo, nossa, eu gostava muito de tá na natação sabe? Eu participava do projeto de natação, dava aula pra criança lá, gostava muito de tá lá. Só que às vezes pensava: “meu, será que vou ou não vou? Será que continuo?” (...) porque... eu não me sentia confortável de ir no banheiro masculino de forma alguma. Porque lá também é chuveiro coletivo. 5 chuveiros sem divisão. No masculino não. No feminino tem. Ai beleza. Só que eu esperava tudo as meninas sair do banheiro e ia lá. (...). Só que na hora que tava saindo o pessoal do projeto, tava entrando as senhoras da hidro. Então geralmente, assim, eu tinha 5 minutos pra não ser visto, só que isso não era possível. (...). [3ª idade?] Aham. [Chegaram a reclamar?] Aham. “Viu, acho que você tá no vestiário errado!! Viu... aqui é de mulher!”. (...). Ai tipo... tanto que eu comecei a evitar de entrar no vestiário (...). (Entrevista realizada com o discente D, no dia 16 de fevereiro de 2017, em Ponta Grossa, Paraná).

(...) teve um dia que eu, nossa, precisava muito, tipo muito, e o bloco tava agitação e nenhum banheiro ficava tipo né, ninguém... daí eu: “meu deus!”. Daí eu sei que eu caminhei até o hall tecnológico ali sabe, que eu vi que ficava aberto, dai, pouco ansioso que já sou, daí pensava né: “se eu precisar um dia, posso vir aqui”. Eu via que ficava aberto e tal e teve um dia que, meu, precisava muito. Daí eu sai do bloco G e fui andando até o hall [praticamente 1km], só pra usar o banheiro, depois voltei pro bloco (...). (Entrevista realizada com o discente D, no dia 16 de fevereiro de 2017, em Ponta Grossa, Paraná).

[Sobre local de desconforto] No banheiro, talvez. Quando tem muita gente assim... Tipo, daí eu entro... eu vou no masculino, né, mas... tipo quando tem algum amigo assim tipo é que sabe que eu sou trans, tipo já fico meio assim, tipo, de ir no banheiro (...). (Entrevista realizada com o discente B, no dia 08 de fevereiro de 2017, em Ponta Grossa, Paraná).

O papel fundamental na reprodução de corpos generificados e não meramente como um fim para as necessidades fisiológicas das pessoas, como salienta Junckes e Silva (2009), é evidenciado a partir dos discursos acima colocados. Segundo as entrevistas, devido aos constrangimentos sofridos na utilização do banheiro nas aulas do curso de Educação Física, questionamentos surgiram sobre abandonar ou não o projeto de natação, mesmo gostando de trabalhar com o esporte. Isto corrobora com as reflexões de Prado e Junqueira (2011, p. 62), quando afirmam que o banheiro “(...) age como um dos aspectos cruciais dos dispositivos de poder”. Desta forma, em se tratando do banheiro, travestis e pessoas transexuais são outsiders, pois muitas vezes não podem usufruí-lo, estabelecendo estratégias e dispositivos para a realização das suas necessidades, fisiológicas ou não, neste território.

Os territórios enquanto flexíveis, construídos, desconstruídos e entendidos enquanto um campo que delimita os “nós” e os “outros”, estabelece as mais variadas relações. Desta forma, mesmo que por muitas vezes, travestis e pessoas transexuais sejam consideradas outsiders em determinados territórios, estas pessoas utilizam de estratégias e dispositivos para a expressão de seus corpos e de suas vivências nas Instituições de Ensino Superior.

#### **4 Considerações Finais**

Esta reflexão teve por objetivo compreender como as vivências de travestis e pessoas transexuais compõem os territórios nas Instituições de Ensino Superior do município de Ponta Grossa, Paraná. Compreendemos o território a partir das concepções de Souza (1995) quando o considera um instrumento para o exercício de poder, sendo definido e delimitado por e a partir dele, bem como pelas concepções de Hasbaert (2004; 2007) que entende o território e a territorialidade em sua multiplicidade de manifestações. Desta forma, são as práticas (cis)heteronormativas exercidas pelas pessoas que dominam e influenciam (n)este jogo de relações que dominam os territórios nas Instituições de Ensino Superior.

Assim como o território, as relações de “insiders/outsideers” (o “nós” e os “outros”) também não são fixas, sendo construídas e desconstruídas ao longo da história. Um exemplo de como essas relações entre “insiders/outsideers” são flexíveis, trata-se das questões referente ao uso do nome social de travestis e transexuais (quando não retificado). O nome social se constitui como o pilar para a construção da identidade travesti e identidade transexual. Todavia, ao passo que são reconhecidas suas identidades dissidentes por parte das outras pessoas que também vivenciam essas instituições educacionais, travestis e pessoas transexuais são privadas de se

apropriarem de determinados territórios, constituindo-se enquanto outsiders. O banheiro também se apresenta enquanto um espaço em que a relação insiders/outsideers é evidente. Devido a lógica generificada, a partir da classificação dos genitais, o banheiro se constitui enquanto um território em que travestis e pessoas transexuais por vezes se sentem desconfortáveis ao utilizar e até mesmo, proibidas de usufruir.

Desta forma, devido ao seu caráter flexível, o território estabelece as mais variadas relações, pois, mesmo que sejam consideradas outsiders em determinados territórios, travestis e pessoas trans necessitam criar estratégias de afirmações para a expressão de seus corpos e de suas vivências nas Instituições de Ensino Superior, sendo sua permanência efetivada, ou seja, tornar-se insiders, e assim, transformando-se a acessibilidade àquele território dominado pela hegemonia (cis)heteronormativa imposta.

### Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável por financiar e incentivar esta pesquisa. A todas as pessoas que participaram da pesquisa contribuindo para o êxito da mesma.

### Referências

AMARAL, Julião Gonçalves. Lutas por Reconhecimento, Desrespeito e Universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. **Revista Teoria e Sociedade**, UFMG, n. 21.2, p. 229 – 262, jun./dez. 2013.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del ‘sexo’**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)> Acesso em: 28 de outubro de 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004.

\_\_\_\_\_. Território e Multiterritorialidade: Um debate. **GEOgraphia**, Ano IX, v. 17, p.19-46, 2007.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **etc, espaço, tempo e crítica**, v. 1, n. 2, p. 39 – 52, 2007.

HOGEMANN, Edna Raquel. Direitos Humanos e Diversidade Sexual: o reconhecimento da identidade de gênero através do nome social. **Revista SJRJ**, v. 21, n. 39, p. 217 – 231, abr. 2014.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: Inep, 2016.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço Escolar e Diversidade Sexual: um desafio às Políticas Educacionais no Brasil. **Revista de Didáticas Específicas**, n. 1, p.148 - 166, 2009.

LIMA, Maria Lucia Chaves. **O uso do nome social como estratégia de inclusão escolar de travestis e transexuais**. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP, São Paulo, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MAIA, Helder Thiago Cordeiro. Acorda Alice, Aluga um Filme Pornô – Uma leitura dos banheiros masculinos da UFBA. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 3, n. 1, p 30 – 36, 2012.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. (Org.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51 – 72.

RICETO, Alisson; SILVA, Vicente de Paulo da. O território como categoria de análise da geografia. **Caminhos de Geografia**, v. 9, n. 28, p. 146 – 152, 2008.

SANTOS, Adelaine Ellis Carbonar dos; ORNAT, Marcio Jose. **Pelo Espelho de Alice: homofobia, espaço escolar e prática discursiva docente**. Curitiba: Appris, 2017.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. **Cartografias da Transexualidade: a experiência escolar e outras tramas**. 2010. Dissertação (Dissertação em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2010.

SILVA, Joseli Maria. Espaço Interdito e a Experiência Urbana Travesti. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista Chimin. **Geografias Malditas: Corpos, Sexualidades e Espaços**. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2013, p. 143 – 182.

\_\_\_\_\_. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **Geouerj**, v. 1, n. 18, p. 1 – 18, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77 – 116.